

Governo repassa R\$ 12 milhões para assistência social dos municípios



O Governo do Estado começa a repassar nesta semana R\$ 12 milhões para famílias em situação de vulnerabilidade social em todos os 399 municípios paranaenses. O chamado Incentivo Benefício Eventual Covid-19, oriundo do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas), é mais uma estratégia emergencial destinada a reforçar a

segurança para a população diante da pandemia do novo coronavírus.

“Estamos fazendo tudo que está ao alcance do Estado para amenizar as dificuldades impostas pela pandemia às pessoas em situação de vulnerabilidade”, afirmou o governador Carlos Massa Ratinho Junior. “Além deste apoio, estamos disponibilizando o

Cartão Comida Boa para compra de alimentos, também ampliamos programas sociais de água e luz e suspendemos as parcelas dos projetos de moradia popular”.

O valor repassado aos municípios respeita o número de famílias em situação de alta vulnerabilidade social, segundo o Índice de Vulnerabilidade das

Famílias do Paraná (IVF-PR). Os 114 municípios que possuem até 200 famílias nessas condições receberão R\$ 15 mil e os 67 que têm até 300 famílias, R\$ 20 mil, por exemplo. Curitiba, que tem mais de 25 mil famílias nessa situação, terá R\$ 400 mil.

O secretário de Justiça, Família e Trabalho, Ney Leprevost, diz que repasse de aos municípios é mais uma medida urgente para diminuir os efeitos da pandemia e ajudar as estruturas municipais a ampliarem o atendimento. “É uma questão de saúde pública que afeta as famílias também economicamente, e o Paraná está providenciando todos os esforços necessários para ajudá-las”, afirmou.

RECURSOS

Os recursos serão repassados às famílias pelos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializado de Assistência

Social (Creas). Eles não poderão ser usados em programas diretamente vinculados às políticas públicas da saúde, da educação e da segurança alimentar. Cada município estipulará regulamentação própria prevendo fluxos, critérios e o formato da oferta, no formato de bens de consumo ou pecúnia.

“A alimentação pode estar entre os bens concedidos em situação de vulnerabilidade

temporária ou de calamidade, como é o caso agora. E essa composição de alimentos deverá respeitar os hábitos alimentares das famílias e a dignidade”, acrescentou Tadeu Atila Mendes, chefe do Departamento de Assistência Social do Paraná. “A oferta dos recursos deve ser realizada sem exigência de contrapartida e afastada de qualquer conotação discriminatória”.

Pela resolução

que instituiu o repasse, o prazo para execução do recurso é até dia 31 de dezembro de 2020, não podendo ser prorrogado. São vedadas despesas com investimento, contratação de funcionários, publicidade (salvo em caráter educativo, informativo ou de orientação), obras e reformas, e ações e benefícios que não sejam de atribuição da Política Nacional de Assistência Social.

Fonte: <http://www.aen.pr.gov.br>

Mais R\$ 1,3 milhão para Cras e Creas de sete municípios

A Secretaria da Justiça, Família e Trabalho vai fortalecer a estrutura de assistência social de mais sete municípios com o repasse de R\$ 1,3 milhão para aprimoramento de Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e de Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). “Esse repasse é para ajudar a aprimorar o trabalho prestado nos Cras e Cras, que são a

porta de entrada do atendimento às pessoas com vulnerabilidade pessoal e social nos municípios”, explica o secretário Ney Leprevost.

Os recursos também são do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas) e foram aprovados pelo Conselho Estadual de Assistência Social, com pactuação na CIB (Comissão Inter-gestora Bipartite). São beneficiados os municí-

pios de Astorga (R\$ 100 mil), Cambé (R\$ 200 mil), Doutor Camargo (R\$ 100 mil), Jaguariaíva (R\$ 200 mil), Matinhos (R\$ 250 mil), Paranaguá (R\$ 350 mil) e Rio Negro (R\$ 100 mil). As prefeituras poderão usar o dinheiro para compra eletroeletrônicos, mobiliário em geral, equipamentos de informática, eletrodomésticos e veículos para o atendimento social feito nos Cras e Creas.

Paraná amplia a transparência e alerta municípios sobre dados



Os prefeitos ganham mais um aliado para enfrentar a Covid-19, obedecendo toda a legislação específica sobre a pandemia, ao mesmo tempo que o Paraná sobe posições no ranking da transparência da doença. O Estado, avaliado anteriormente como médio, alcançou a classificação alta. A posição deve melhorar ainda mais a partir desta semana, quando os municípios serão orientados sobre exigências em compras e contratações emergenciais.

Nota técnica, assinada pela Controladoria-Geral do Estado e outros agentes de controle do Paraná e da União, que integram a Rede de Controle da Gestão Pública, solicita informações referente a aquisições e

contratos, feitos em função da Covid-19. Estabelece ainda que estejam disponíveis imediatamente no site da Prefeitura. A CGE está à disposição para dar orientações aos prefeitos e gestores.

O secretário do Tribunal de Contas da União, no Paraná, Luiz Gustavo Andrioli, coordenador da Rede no Estado, anunciou que nesta segunda ou terça-feira, os gestores municipais devem receber a comunicação. “A transparência na utilização de recursos para o combate à Covid-19, sobretudo pela flexibilidade que a norma trouxe, não está alinhada com a legislação vigente, ou pela integralidade dos documentos ou pela tempestividade da divulgação dos dados”, explicou. Andrioli acres-

centou que com a constituição da Rede, presente em todos os estados, procura-se evitar abusos no uso dos recursos destinados ao enfrentamento da pandemia. São acompanhados os CNPJs das empresas contratantes, para verificar se não são empresas de fachada e se estão aptas a fornecer o produto vendido a órgãos públicos.

LEGISLAÇÃO

A lei federal 13.979 e o decreto estadual 4.230 dispõem sobre, entre outras ações, a dispensa de licitação em compras e contratações para dar mais rapidez ao combate ao coronavírus. Porém, essas despesas devem ser divulgadas imediatamente, a fim de manter a transparência da atuação do Poder Público, principalmente

excepcionalidade da situação.

O controlador-geral do Estado, Raul Siqueira, disse que o objetivo da nota extrapola as ações dos agentes de controle externo e controle interno da administração pública. “Queremos fomentar o controle social, exercido pelo cidadão. O objetivo é que o cidadão paranaense conheça e saiba de que forma o seu representante está usando o dinheiro público para combater esse mal”, destacou.

Ele afirmou que a CGE e a Rede de Controle da Gestão Pública vão auxiliar a administração municipal e informar as práticas mais corretas de transparência pública. A Rede é formada, além da CGE, por órgãos como Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, Departamento de Polícia Federal, Ministério Público Estadual, Ministério Público de Contas, Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, Receita Federal, Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Tribunal de Contas da União e Tribunal Regional Eleitoral.

TRANSPARÊNCIA

A CGE é responsável pela Coordenadoria de Transparência e Controle Social e vem adquirindo conhecimento e prática na divulgação dos dados da Covid-19.

Prova disso é o constante progresso no ranking da organização social Open Knowledge, que semanalmente divulga o índice de transparência de cada estado, de acordo com dados disponíveis sobre a evolução da doença.

O Paraná saiu na 16.a posição para disputar os primeiros lugares. Ele chegou à terceira posição, mas com conceito de transparência média, em 30 de abril. Na avaliação mais recente, está em 4.a posição, porém, com avaliação alta. “Atualmente, além do maior número de informações você pode criar gráficos interativos em dados abertos, que possibilita

ao cidadão organizá-los como bem entender”, explicou Matheus Gruber, coordenador de Transparência e Controle Social.

O trabalho envolve a E-Paraná Comunicação, Secretaria da Comunicação Social e Cultura e Secretaria da Saúde, além da CGE e outros órgãos. “É importante que tenhamos esses dados disponíveis para a população de uma maneira fácil e inteligível, atualizada em tempo real para que a população possa exercer o controle social. Quanto mais dados conseguirmos colocar à disposição da sociedade, mais as pessoas vão perceber que o Paraná está fazendo

o seu papel no enfrentamento da pandemia”, destacou Gruber.

OPEN

A Open Knowledge Brasil (OKBR) é uma organização da sociedade civil, que atua desde 2013. Ela não tem fins lucrativos e incentiva o uso de tecnologias e dados abertos, para análises de políticas públicas. Em seu site, o objetivo da OKBR é tornar a relação governo e sociedade mais transparente. Para compor o índice da Covid-19, foram estabelecidos conteúdos essenciais e parâmetros para o acompanhamento da pandemia.

Fonte: <http://www.aen.pr.gov.br>

Labcenter
Medicina Diagnóstica

TEM DÚVIDAS?
FIQUE EM CASA E CONSULTE-NOS VIA WHATSAPP
(43) **98447-2959**

AGENDAMENTO DE EXAMES, CONSULTAS E TIRA-DÚVIDAS
DR. RODRIGO ARAÚJO E DRA. DORIS CLEI PILATI ARAÚJO

SERTANÓPOLIS: RUA GERVÁSIO MORALES, 638 ☎ **3232-1351**
SERTANEJA: RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 830 ☎ **3562-1499**
PRIMEIRO DE MAIO: RUA DEZ, 461 ☎ **3235-2033**

casabella
MÓVEIS - ELETRODOMÉSTICOS - DECORAÇÕES

FIQUE EM CASA, MAS FIQUE CONECTADO

INTERNET VIA SATÉLITE PRA VOCÊ QUE MORA NA ÁREA RURAL OU NA CIDADE.

PORECATU - 3623-1132
ALVORADA DO SUL - 3661-2488
FLORESTÓPOLIS - 3662-2024

PACOTES DE 10MB 15MB 20MB